

O Boletim de Conjuntura (BOCA) publica ensaios, artigos de revisão, artigos teóricos e empíricos, resenhas e vídeos relacionados às temáticas de políticas públicas.

O periódico tem como escopo a publicação de trabalhos inéditos e originais, nacionais ou internacionais que versem sobre Políticas Públicas, resultantes de pesquisas científicas e reflexões teóricas e empíricas.

Esta revista oferece acesso livre imediato ao seu conteúdo, seguindo o princípio de que disponibilizar gratuitamente o conhecimento científico ao público proporciona maior democratização mundial do conhecimento.



BOLETIM DE CONJUNTURA

BOCA

Ano V | Volume 13 | Nº 39 | Boa Vista | 2023

<http://www.ioles.com.br/boca>

ISSN: 2675-1488

<https://doi.org/10.5281/zenodo.7700417>



DO NEOLIBERALISMO NA AMÉRICA LATINA AO KIRCHNERISMO: NOVOS VENTOS CONTINENTAIS?

João Camilo Sevilla¹

Resumo

Este trabalho pretende, primeiramente, discorrer sobre os acontecimentos e as teorias concernentes ao surgimento do neoliberalismo e sua influência no mundo, na América Latina e, sobretudo, na Argentina. Postula-se a exposição desse novo conceito, o neoliberalismo, advindo do liberalismo clássico, que vem gradativamente conquistando um espaço significativo na nossa sociedade, o que tem levado diversos intelectuais a defini-lo como uma doutrina. Além disso, ambiciona-se debater o papel dos Kirchners na pretensa ofensiva contra o neoliberalismo que se instalou no continente sul-americano. Através de revisão bibliográfica relacionada aos movimentos e personagens associados à origem e à escalada do neoliberalismo, este artigo tem por objetivo suscitar questões sobre o fôlego da filosofia política kirchnerista ante o neoliberalismo. O artigo infere que essa doutrina reserva aos países adeptos um papel de dependência, tornando-os subordinados a interesses do capital internacional.

Palavras Chave: América Latina; Argentina; Ideologia; Kirchner; Neoliberalismo.

Abstract

This paper aims, firstly, to discuss the events and theories concerning the emergence of neoliberalism and its influence in the world and in Latin America, especially in Argentina. It is assumed that this new concept, neoliberalism, arises from classical liberalism, gaining a significant space in our society and leading many intellectuals to define it as a doctrine. Moreover, it aims to debate the role of the Kirchners in the alleged offensive against neoliberalism on the South American continent. Through literature review related to movements and characters associated with the origin and escalation of neoliberalism in Latin America and in the world, this article aims to evoke questions from impacts of the momentum of Kirchnerist political philosophy before neoliberalism. The article infers that this doctrine gives to the countries involved a place of dependency, making them subordinate to the international capital's interests.

Keywords: Argentina; Ideology; Kirchner; Latin America; Neoliberalism.

INTRODUÇÃO: O QUE É NEOLIBERALISMO?

O neoliberalismo, segundo Perry Anderson (1995), é um modelo cujo surgimento ocorre logo depois da Segunda Guerra Mundial, nas regiões em que o capitalismo florescia de forma mais evidente: na Europa e na América do Norte. Trata-se de um sistema que se apresenta como uma reação teórica – e também política – ao Estado de bem-estar social e intervencionista que vigorava no continente europeu após a Segunda Guerra Mundial. Os objetivos neoliberais alvejavam o Estado, uma vez que eles eram contra a limitação dos mecanismos de mercado pela qual o controle estatal era responsável. O Estado, segundo a ótica neoliberal, caracterizava uma ameaça às liberdades da época; os neoliberais, capitaneados, principalmente, por Friedrich Hayek, promoveram desqualificação do papel estatal na

¹ Bacharel e licenciado em Letras. Mestre em Educação pela Universidade Federal Fluminense (UFF). E-mail para contato: joaocevilla@hotmail.com



economia dos países capitalistas europeus, associando o Estado a um elemento perigoso à liberdade econômica e política.

Considerada uma das maiores referências do neoliberalismo de que se tem notícia, Friedrich Hayek escreveu, em 1944, “O Caminho da Servidão”, livro tido como uma referência pelos adeptos do neoliberalismo. A obra era um ataque ao Partido Trabalhista inglês às vésperas de uma corrida eleitoral ocorrida em 1945. Para Hayek (2009), a social-democracia inglesa seria um veículo para servidão moderna, como, segundo ele, foi o nazismo de Hitler na Alemanha. Consegue-se compreender os objetivos e as táticas dos intelectuais favoráveis ao neoliberalismo a partir do grande encontro que reuniu os maiores pensadores da doutrina aludida em Mont Pèlerin, na Suíça, em 1946. Estiveram presentes: Milton Friedman, Karl Popper, Ludwig Von Mises, Walter Lippman, Salvador de Madariaga, Walter Eucken, Michael Polanyi e Friedrich Hayek. A reunião iniciou uma famosa maçonaria liberal, árdua opositora do keynesianismo, além de elaborar as bases que construiriam um novo sistema capitalista, duro, livre de regras e, supostamente, antenado com o futuro que se desenhava.

Hayek (2009), austríaco de Viena, considerava o igualitarismo promovido pelo Estado de bem-estar um atentado à liberdade dos cidadãos, já que o igualitarismo era visto como característica incapaz de gerar a vitalidade necessária para a concorrência de que o capitalismo, segundo ele, precisava. O estímulo à concorrência e à competição eram peças-chaves para a prosperidade da nação segundo o intelectual austríaco. A desigualdade, outra palavra muito presente em sua obra, também adquiria um valor positivo na visão do autor.

A CRISE DO MODELO ECONÔMICO DE ESTADO DE BEM-ESTAR NO PÓS-GUERRA: A IMPOSIÇÃO DO ARQUÉTIPO NEOLIBERAL E SEUS INTUITOS

A situação em que se encontrava o mundo no começo da década de 1970, com baixas taxas de crescimento e altas taxas de inflação, principalmente na Europa, serviram como mola propulsora para a difusão das ideias encarnadas pelo neoliberalismo (ANDERSON, 1995 *apud* SADER; GENTILI, 1995; PAZ; SENHORAS, 2022). O panorama de pauperização e desespero enfrentado na Europa ajudou Hayek a propagar suas teorias. O austríaco argumentava que as raízes da crise europeia residiam no poder excessivo de que se valiam sindicatos e movimento operário. Hayek, defensor da acumulação capitalista que afetou a sociedade ao longo dos tempos, atribuía a corrosão das bases de acumulação capitalista às pressões sobre os salários e gastos sociais exercidos pelo movimento sindical e pelo operariado. O economista e filósofo se colocava contra os gastos sociais feitos pelo Estado e frequentemente rotulava sindicalistas e operários, classificando-os como “parasitas”.



Contudo, é importante ressaltar que o Estado, na percepção neoliberal, tem um papel imprescindível na repressão a toda e qualquer voz que se insurja contra a ordem estabelecida pelo programa neoliberal. As metas neoliberais podem ser compreendidas de forma bastante simples: objetiva-se a restauração da taxa de desemprego atraente para as empresas (com isso cria-se um exército de reserva de trabalho para quebrar os sindicatos), reformas fiscais para incentivar a economia são colocadas em prática e uma desigualdade social é modelada para, teoricamente, dinamizar as economias avançadas. De forma até certo ponto surpreendente, a hegemonia do programa neoliberal foi construída durante aproximadamente uma década. Não foi fácil destroçar o modelo de Estado de bem-estar social promovido e adotado por diversos países europeus durante algumas décadas; a chegada de Thatcher ao poder no Reino Unido em 1979, entretanto, foi a ocasião perfeita para que o neoliberalismo, enfim, pudesse executar os planos de Hayek e companhia. Thatcher, como quem buscava se tornar a melhor aluna do professor Hayek, seguiu a cartilha neoliberal: contraiu emissão monetária, elevou taxas de juros, baixou drasticamente os impostos sobre rendimentos altos, aboliu controle sobre os fluxos financeiros, criou níveis de desemprego massivo, abafou greves massacrando trabalhadores, impôs nova legislação antissindical e, prioritariamente, cortou gastos sociais (percebe-se de forma clara que o corte de gastos sociais é ponto nevrálgico do dicionário neoliberal, embora uma ou outra exceção possa suscitar uma contradição para essa característica julgada como *sine qua non*). Finalmente, a “Dama de Ferro” do Reino Unido lançou mão de um amplo programa de privatização, que começou pela habitação pública e depois se estendeu a outras áreas estratégicas como aço, eletricidade, petróleo, gás e água (ANDERSON, 1995 *apud* SADER; GENTILI, 1995).

Coincidentemente, *pero no mucho*, Ronald Wilson Reagan, ator estadunidense, ascendeu ao poder em 1981; Reagan revelou uma afinidade com o mantra neoliberal e um entrosamento com a britânica Margaret Thatcher. Contudo, é imperioso pontuar dissonâncias entre o programa neoliberal estadunidense e o do Reino Unido: enquanto Thatcher preocupava-se com o desmonte do Estado de bem-estar social dos países de que era primeira-ministra, Reagan redobrava sua atenção para luta contra o comunismo soviético. É interessante notar que, com a chegada da chamada segunda Guerra Fria em 1978, o governo norte-americano, que teve Reagan como protagonista no começo da década de 80, passou a concentrar esforços na competição armamentista contra a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS). Como não havia nem esboço do Estado de bem-estar nos Estados Unidos, Reagan se debruçava sobre outras questões para cumprir a agenda neoliberal com a qual se comprometeu: reduziu os impostos em favor dos ricos, elevou taxas de juros e puniu e repreendeu aqueles que ousaram lutar contra suas medidas. Há, porém, um fato que chama bastante a atenção: os Estados Unidos, ao contrário



dos casos concernentes ao neoliberalismo, não respeitaram a disciplina orçamentária, característica fulcral do modelo (ANDERSON, 1995 *apud* SADER; GENTILI, 1995).

AMÉRICA LATINA NA ERA DO CAPITALISMO: LUTA ANTICOLONIAL, FORÇAS NACIONALISTAS, GOLPES MILITARES E CONSTRUÇÃO DE UM CAMPO ALTERNATIVO AO NEOLIBERALISMO

A América Latina desempenha – e desempenhou – um papel importante na configuração da economia capitalista de nossa civilização. Ela era responsável pelas funções essenciais para o desenvolvimento do capitalismo, sobretudo o europeu, no século XIX, além de se encarregar do fornecimento de matérias-primas e de produtos agrícolas no século supracitado. A história da região, contudo, é notável: de 1810 a 1822, ocorreram diversas revoluções (SADER, 2009); os únicos países que não experimentaram rompimentos abruptos que resultaram ou aceleraram o processo de independência, quebrando a ordem vigente, foram Brasil, Cuba e Porto Rico. Líderes revolucionários que serviram como espelho para a construção de uma sociedade menos desigual, antissolidária e mais esperançosa surgiram a torto e a direito: Bolívar, Sucre, San Martín, O’Higgins, Toussaint Louverture e Francia, entre outros. Cabe ressaltar que uma série de fatos reconfigurou a agenda política latino-americana no século XIX: o massacre dos mineiros na Escola de Santa María de Iquique, no norte do Chile (1907), a Revolução Mexicana (1910) e o movimento pela reforma universitária de Córdoba (1918).

No século XX, a América Latina abandona a sua imagem de região onde apenas oligarquias políticas tradicionais ditam regras, e, conseqüentemente, o território latino-americano deixa de se limitar apenas a fornecer matérias-primas e produtos agrícolas à Europa ou aos Estados Unidos, o que representa um grande salto rumo ao progresso dessa região precocemente relegada à exploração e à subordinação a interesses norte-americanos ou europeus (SADER, 2009). Infelizmente, nota-se que a história da América Latina, com todas as suas nuances, é frequentemente confundida com a dos Estados Unidos, o que é um grande erro. As guerras de independência latino-americanas são constantemente associadas à Revolução de Independência estadunidense, o que não capta o retrato singular dos movimentos latino-americanos, que expressam forte caráter popular, unificação das forças de independência e, sobretudo, ideologia anticolonial (SADER, 2009).

É marcante a atuação de personagens provenientes de grupos historicamente estigmatizados e marginalizados nos processos de rebeliões populares da América Latina. São exemplos dos grupos mencionados: Túpac Amaru e Túpac Katari, que foram personagens icônicos na luta popular no Peru, e



Toussaint Louverture, expoente mais importante de uma das façanhas emblemáticas alcançadas nos últimos séculos: a Revolução Haitiana (SADER, 2009). É sabido por grande parte dos intelectuais que desbrava a história anticolonial latino-americana que Bolívar é protagonista do projeto de uma América Latina forte, unida e soberana. Já em 1820, Bolívar dividia seus receios sobre o papel ocupado pelos Estados Unidos no mundo: “Parece-me uma loucura que numa revolução de liberdade se pretenda manter a escravidão” (BOLÍVAR, 1820 *apud* BELOTTO; MARTINEZ CORRÊA, 1983, p. 20). Simon Bolívar, consciente da estrutura de poder e influência que os Estados Unidos vinham construindo até aquele período histórico, fez um apontamento que se mostraria profético sobre o posto que os norte-americanos ocupariam no xadrez das forças mundiais: “Os Estados Unidos parecem estar destinados pela providência a invadir nossa América de misérias” (BOLÍVAR, 1820 *apud* BELOTTO; MARTINEZ CORRÊA, 1983, p. 20).

O século XX foi marcado por governos nacionalistas, golpes militares e projetos socialistas que poucas vezes lograram êxito – exceção feita a Cuba –, uma vez que estes foram interrompidos por forças totalmente desinteressadas por um plano que pudesse apresentar uma outra alternativa aos modelos latino-americanos que vigoravam naquele período. A prova mais contundente de que os projetos socialistas foram duramente perseguidos e combatidos se deu no Chile em 1973, com a ascensão do modelo mais expressivo de ditadura militar daquele período e o golpe que neutralizou a plataforma defendida pelo governo de Salvador Allende (Partido Socialista), personagem e mártir que se identificava com os campos mais progressistas.

É bem verdade que a América Latina viveu cinco décadas de contínuo desenvolvimento econômico no século XX (SADER, 2009); os projetos econômicos de industrialização substitutiva de exportações em alguns países se desenvolveram, eles foram frutos de planos político-ideológicos de caráter nacional, o que propiciou o fortalecimento da classe trabalhadora, assim como o dos sindicatos organizados e o das forças partidárias de caráter nacional. A consolidação destes grupos fortaleceu as ideologias e as identidades nacionalistas. Perón e Vargas foram considerados personagens principais dessa corrente nacionalista latino-americana. No século XX, as décadas de 1950 e 1960 foram, sem dúvida, palco de transformações que marcariam a história de nossa civilização de forma indelével. A mais significativa, no entendimento de vários especialistas, foi a Revolução Cubana em 1959. A ascensão de Fidel Castro ao poder daria início a um grande ciclo de transformações no continente, incluindo nesse bojo regressão e progressão, descenso e ascensão, reveses e vitórias. Hegel (1905 *apud* SADER, 2009, p. 35), filósofo alemão, já alertava sobre a construção das grandes revoluções: “É necessário que as grandes revoluções, evidentemente necessárias, sejam antes precedidas por uma revolução silenciosa e secreta das ideias da época, uma revolução que é visível para todos”.



A respeito da Revolução Cubana, urge salientar que a construção do socialismo no mundo encontrou solo fértil onde havia facilidade para romper a dominação imperial, porém, de forma paradoxal, os lugares em que a empreitada socialista foi menos complicada para construir foram os territórios em que existiam atrasos das forças produtivas (China, Vietnam, Cuba). Podemos identificar ciclos dessemelhantes nas cinco décadas desde a vitória cubana. De 1959 a 1967, além da Revolução Cubana, aconteceram guerrilhas em vários lugares da América Latina (Colômbia, Nicarágua, Peru, Guatemala e Venezuela) e mobilizações de massa em muitos países do continente, destaque para aquelas transcorridas durante o governo de João Goulart no Brasil (1961 a 1964). As manifestações na época em que Jango era presidente ajudaram a chegada da ditadura militar. Trata-se, apesar de tudo, de um período ascendente do campo progressista latino-americano, cujo influxo é marcado pela morte de Che Guevara em 1967 na Bolívia. De 1967 a 1973, houve refluxo dos movimentos guerrilheiros rurais, porém surgiram movimentos de guerrilha urbanos no continente, principalmente no Brasil (Carlos Marighella é um símbolo do movimento no país), Argentina e Uruguai. O período registrou duas vitórias representativas de políticos progressistas, como Allende no Chile e Velasco Alvarado no Peru (SADER, 2009). A época não testemunhou apenas acontecimentos alentadores para o espectro político de esquerda, pois houve vários golpes militares (Bolívia, Chile, Uruguai e Argentina). De 1973 a 1979, a consolidação das ditaduras militares do Cone Sul foi a tônica do período. Aliados ao fortalecimento dos grupos militares, a queda de Alvarado no Peru e o assassinato de Allende demonstraram o quão trágico foi o período para a democracia latino-americana. De 1979 a 1990, observa-se a vitória dos sandinistas na Nicarágua, revolução em Granada, governo progressista no pequeno Suriname, alastramento das guerrilhas em El Salvador e na Guatemala (SADER, 2009).

Porém, em 1989, três acontecimentos decisivos indicariam um novo rumo – e de quebra colocariam em xeque os pequenos avanços do campo progressista constatados na década de 80 na região latino-americana. A vitória de candidatos que posteriormente adotariam o modelo neoliberal dá início a um segundo fôlego dessa doutrina que já havia destruído as conquistas sociais da classe trabalhadora latino-americana nos anos 70 desde a sua implantação no Chile de Augusto Pinochet. As vitórias de Fernando Collor de Mello no Brasil, Carlos Andrés Pérez na Venezuela e Carlos Menem na Argentina sacramentam a volta a um Estado que não faz gastos sociais. Na Venezuela, o ciclo neoliberal não reativou a economia como Pérez projetava, o que lhe rendeu um grande fracasso à frente da presidência venezuelana (SADER, 2009).

O neoliberalismo, nascido no Chile de Pinochet em 1973, com o passar dos anos 1990, começa a abrigar várias forças e figuras políticas anteriormente identificadas com o nacionalismo (PRI mexicano, peronismo na Argentina e MNR na Bolívia) e a social-democracia (PSDB no Brasil, Partido Socialista



no Chile e Ação Democrática na Venezuela). E mais, as ideias neoliberais, com a queda do comunismo na Europa Oriental e na URSS, entre 1989 e 1991, conseguem criar um consenso em torno de suas políticas, contando com forte propaganda internacional, mas valendo-se também do fantasma da inflação (SADER, 2009). Esta foi, inquestionavelmente, a arma mais poderosa para o sucesso da criminalização do Estado e para a introdução de duras políticas de ajuste fiscal.

Uma reviravolta se deu em 1998, quando Hugo Chávez foi eleito presidente. A partir daquele momento, somaram-se à vitória de Chávez outras alternativas ao modelo neoliberal a que a sociedade latino-americana tem sido submetida. A eleição de Lula no Brasil em 2003, Néstor Kirchner na Argentina em 2003, Tabaré Vazquez no Uruguai em 2004, Evo Morales na Bolívia em 2006, Daniel Ortega na Nicarágua e Rafael Correa no Equador em 2007 e Fernando Lugo no Paraguai em 2008 apontaram uma mudança de rumo àqueles que sonham com uma América Latina menos influenciada pelos ditames de Washington. Embora Fernando Lugo, o “bispo dos pobres”, tenha sido destituído do governo paraguaio durante a Rio + 20 em 2012, vítima de um processo de impeachment, a ascensão de figuras do campo progressista ao poder reacendeu a chama por mudanças.

A ARGENTINA NO SÉCULO XX E NO SÉCULO XXI ANTES DO KIRCHNERISMO: PAÍS DAS DITADURAS MILITARES E DO PERONISMO DE MÚLTIPLOS ROSTOS

Pode se dizer que a Argentina é um país afeito a ditaduras militares. No século XX, o país presenciou seis golpes de estado (1930, 1943, 1955, 1962, 1966 e 1976). Em um desses golpes articulados, o criador do partido justicialista, Juan Domingo Perón, que governou o país de 1946 a 1952, foi deposto. O peronismo ocupou o centro da história argentina ao longo das últimas seis décadas. É bem verdade que este assumiu faces contraditórias ao longo dos últimos 60 anos, desde a sua faceta nacionalista original, passando pela triple A (Aliança Anticomunista Argentina) de López Rega, durante o governo de Isabelita Perón, até o neoliberalismo menemista e o governo kirchnerista (FOSTER, 2016). A Argentina, aliás, foi o palco de um dos processos mais vorazes de medidas neoliberais no continente. Um largo e irrestrito processo de privatizações se deu naquele país devido à influência de um político identificado com o campo peronista que presidiu a Argentina entre 1989 e 1999: o advogado Carlos Saúl Menem Akil. Já cooptado pela linha neoliberal de pensar e agir, com um *modus operandi* igual ao do neoliberalismo, a classe operária foi rapidamente paralisada e não encontrou os dispositivos necessários para encarar os avanços das políticas neoliberais, que promoveram um desmantelamento do Estado nunca antes visto na história argentina.



A indefinição sobre o peronismo é um tema que aturde intelectuais, classe média e sindicatos, por isso a Argentina é um dos países do continente em que o campo da esquerda tem mais dificuldade para afirmar seu perfil e ocupar um espaço essencial no campo político. Ademais, a difícil convivência notada entre a esquerda pró-kirchner e uma grande salada de pequenos grupos esquerdistas não contribuiu para projeção dos movimentos sociais em prol da construção de um projeto hegemônico alternativo. Sobre o tema, Nicolás Casullo alega que há um grande problema acerca do que significa o movimento peronista: “O peronismo, com suas idas e voltas, constituiu um problema poderosamente irresolúvel” (CASULLO, *apud* FORSTER, 2016, p.8). Casullo (2013) viu no peronismo a conjunção de lados extremos: o desejo de transformação que busca, amparado em uma certa esperança social, a mudança do *status quo*, mas, por outro lado, há um forte sentimento bonapartista no qual a classe operária é ‘reduzida a comparsa de um modelo integracionista e conformista’.

Ricardo Forster (2016) faz uma descrição muito pertinente sobre o peronismo e tudo que o cerca nessa Argentina confusa, descompassada, atordoada e sem rumo.

O lugar das massas do século XX, o das memórias e juramentos frente a palácios de governo, a caudilhos, a palcos gigantescos com suas estéticas de grandiosidade que também acompanhou, como época, o parto peronista, congregação para uma ideia de uma sociedade ‘encontrada’ como mobilização total do povo na fragilidade de uma Argentina do 1945 incerta, adormecida, migradora, simplesmente ‘complementária’. Praça da modernidade apaixonada então, que extremou e tensionou a sociedade rumo à plena história, e que ao mesmo tempo deshistorizou instâncias e crônicas adversárias. Que incorporou idades e inimigos excepcionais, visíveis. Lugar excessivamente verdadeiro e fantasmagórico ao mesmo tempo, que tanto o socialismo, o anarquismo, o leninismo, o stalinismo, o fascismo e o nazismo interpretaram de uma maneira acabada. Inquietude de uma pergunta formulada na fronteira de outra época que, ainda, não se sabia muito bem pra onde ia rumar (FORSTER, 2016, p.10).

O neoliberalismo e seu modelo de ação foram justificados pelas fantasmagóricas crises de hiperinflação (o país lidou com duas graves crises, a de 1975 e a de 1989), prometeu-se um plano de estabilização monetária no qual a principal medida era a paridade com o dólar (um desastre econômico com a assinatura de Carlos Menem), o que desencadeou uma das crises mais inacreditáveis de que se tem notícia até hoje. O neoliberalismo ‘à argentina’ foi responsável direto pela privatização da empresa petrolífera argentina, a *Yacimientos Petrolíferos Fiscales* (YPF). A ditadura militar e o modelo neoliberal promoveram, além do já mencionado processo de privatização, uma gritante concentração de renda nos países cujos sistemas de proteção social eram mais avançados, como na Argentina, no Uruguai e no Chile. Na Argentina, não é exagero afirmar que houve um processo de dilapidação de quase todo patrimônio público do país. É interessante sublinhar que o movimento ‘piqueteiro’ e de recuperação das fábricas constituiu-se como principal força de resistência ao neoliberalismo.



NÉSTOR CARLOS KIRCHNER OSTOICÉ E CRISTINA ELISABET FERNÁNDEZ DE KIRCHNER: UM CASAL PRESIDENCIAL

Néstor Kirchner nasceu em Río Gallegos, na província de Santa Cruz, região da Patagônia argentina. Kirchner começou cedo a militar pelo partido justicialista, aquele que Perón havia criado muitos anos antes. Em meados dos anos 90, no período conturbado pelo qual seu colega peronista Carlos Menem passava enquanto presidente, Néstor Kirchner tornou-se governador da província de Santa Cruz. A forte rejeição a Menem por parte da sociedade argentina e as seguidas crises atravessadas pelo país possibilitaram a Kirchner chegar à presidência em 2003. Néstor Kirchner é considerado crítico e herdeiro do peronismo. Segundo Ricardo Foster (2016), Kirchner tentou, sempre que pôde, inverter a hegemonia da direita sem ultrapassar os limites de um capitalismo de raiz neokeynesiana. De acordo com Foster (2016), Néstor e sua mulher Cristina Elisabet Fernández de Kirchner, mais conhecida como Cristina Kirchner, foram os que mais se confrontaram com os poderes corporativos desde o retorno da democracia. Cristina nasceu em La Plata, é descendente de galegos e alemães e se formou em direito na Universidade Nacional de La Plata. Os Kirchners estiveram à frente do governo argentino por doze anos, de 2003 a 2015. Sem dúvida, eles deixaram um legado de forte identidade político-cultural, conseguindo restaurar o país que estava em frangalhos no momento em que ele chegou à presidência em 2003.

O jornalista Joaquim Palhares, do portal *Carta Maior*, conseguiu enumerar os feitos alcançados durante a época em que o kirchnerismo emplacava medidas que reconfigurariam o cenário social, político e econômico na Argentina.

O casal Kirchner fez tudo o que o índice da direita continental veta: julgou e colocou generais da ditadura na cadeia; rejeitou a espoliação financeira da dívida externa; controlou preços; impôs um confisco às receitas extras do agronegócio; travou diuturnamente a luta ideológica contra os dogmas do mercado; mobilizou a opinião pública; estatizou a *Ferrocarriles Argentinos*; estatizou a *aerolíneas*; a previdência social, que se encontrava nas mãos da ganância da banca internacional; enfrentou panelaços e "guarda-chuvaços" e governou com as instituições, mas sem abdicar da rua. O mau exemplo estendeu-se até o limite do intolerável: o governo Cristina incluiu entre as suas prioridades a regulação da mídia, com medidas que afrontaram o monopólio da informação, última trincheira de um conservadorismo que já não se sustenta mais nas baionetas, nem recuperou a supremacia nas urnas. Sem exclusividade na mídia, o que sobraria? Isso não tem perdão! Não é preciso edulcorar – não se deve edulcorar — as dificuldades vividas pelo desenvolvimento argentino para valorizar os ganhos de uma resistência em reduzir o país a um pasto de engorda do dinheiro especulativo (PALHARES, 2015, p. 1).

Contudo, a derrota do candidato apoiado pelo casal Cristina e Néstor Kirchner, Daniel Scioli, permitiu a volta da direita através da ascensão ao poder de Mauricio Macri (prefeito de Buenos Aires



entre 2007 e 2015) entre 2015 e 2019. A relação entre o kirchnerismo e o peronismo foi descrita de forma muito sábia pelo filósofo e ensaísta argentino Ricardo Forster.

Talvez o peronismo tenha encontrado no que foi inaugurado por Néstor Kirchner a possibilidade de sua própria redenção. Ou o ponto no qual a sua história ziguezagueante encontra o seu ponto de chegada e de insuspeitada reformulação. Sempre será necessário escolher palavras dubitativas, formas condicionais da gramática, ao escrever sobre “o futuro” do peronismo. O certo é que os governos de Néstor e Cristina Kirchner produziram um corte profundo cujas consequências últimas ainda veremos junto com a travessia, mais uma vez, pelo deserto reacionário que volta a assolar o país. E, como não podia ser de outro modo, o peronismo, suas disputas, suas dissidências abismais, estiveram no olho da tormenta que permitiram o triunfo da restauração neoliberal (FORSTER, 2016, p.17).

De acordo com Forster, o kirchnerismo questiona de forma radical o presente conformado e resignado à pós-modernidade e à ideia neoliberal. Decerto, na Argentina, os Kirchners foram os presidentes que mais enfrentaram a máquina midiático-político-judiciária desde o retorno aos tempos democráticos daquele país, um embate que pode ser observado através dos bombardeios promovidos pelo *Clarín*, grupo midiático mais poderoso da Argentina com o qual Cristina Kirchner travou uma disputa judicial arrastada e desgastante na última década. A tentativa dos grupos antikirchneristas tem um objetivo: aniquilá-los, apagando o legado de conquistas a que Cristina e Néstor são associados.

O Kirchnerismo tentou reverter a lógica estrutural do capitalismo neoliberal, compreendendo, com boa dose de ineditismo, que a batalha decisiva se daria no terreno cultural-simbólico, onde são as consciências que caracterizam o olhar do mundo que aponta o horizonte e sua relação com o sistema. O kirchnerismo quebra a lógica de que a política deve ser compreendida como a apresentação do que não foi solucionado, ou seja, a evidenciação daquilo que não foi decifrado nem resolvido no interior da sociedade (FOSTER, 2016).

Por fim, as demonstrações de força dadas por Cristina, mesmo após a morte do marido em 2010, são evidentes. Cristina se transformou na primeira presidenta que não visitou a Casa Branca desde que seu país retornou à democracia em 1983. Uma outra prova da força dos Kirchners está presente no trecho noticiado pelo portal de esquerda *Carta Maior* no dia de maio de 2015.

Acoçada pelos fundos abutres, que reabriram a ferida da dívida, afrontada pelos países centrais e os grupos midiáticos hegemônicos mundiais, que não perdoam a nacionalização da petroleira YPF e do Sistema de Pensões – para ficar somente nas medidas mais resistidas – bombardeada internamente pela oposição e seus pilares jornalísticos, que ataçaram as corridas contra o peso argentino, a desvalorização e as espirais inflacionárias. Mesmo com tudo isso, Cristina Kirchner aproveitou o novo cenário internacional com o mesmo princípio de autonomia relativa que havia sido aplicado por seu esposo e antecessor (JUSTO, 2015, p. 1).



Com a confirmação da vitória da chapa formada por Alberto Fernandez e Cristina Kirchner nas eleições presidenciais argentinas realizadas no dia 27 de outubro de 2019, resta saber: o kirchnerismo representa o sopro de esperança de uma nova história na Argentina e no continente? Ou será ele apenas uma filosofia política incapaz de transcender o fenômeno político que encarnam Nestor e Cristina mostrando-se insuficiente para oxigenar alternativas e propostas antineoliberais na América Latina?

REFERÊNCIAS

ANDERSON, P. “Balanço do neoliberalismo”. In: SADER, E.; GENTILI, P. (orgs.) **Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático**. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1995.

BELOTTO, M. L.; MARTINEZ CORRÊA, A. M. (orgs.). **Bolívar**. São Paulo: Editora Ática, 1983.

CASULLO, N. “La pregunta por el peronismo”. **Pensamiento de los Confines**, n. 13, 2003.

CASULLO, N. **Pensar entre épocas: memoria, sujetos y crítica intelectual**. Buenos Aires: Editora Norma, 2004.

HAYEK, F. **O Caminho para a Servidão**. Coimbra: Editora Almedina, 2009.

HEGEL, G. W. F **Escritos teológicos de la juventude**. Tübingen: Nohl, 1905.

JUSTO, M. “O legado de Néstor e Cristina Kirchner”. **Carta Maior** [2015]. Disponível em: <www.cartamaior.com.br>. Acesso em: 05/03/2023.

PALHARES, J. “Especial: Cristina, o legado da resistência”. **Carta Maior** [2015]. Disponível em: <www.cartamaior.com.br>. Acesso em: 05/03/2023.

PAZ, A. C. O.; SENHORAS, E. M. **Gestão escolar: debates contemporâneos**. Boa Vista: Editora IOLE, 2022.

SADER, E. **A nova toupeira: os caminhos da esquerda latino-americana**. São Paulo: Editora Boitempo, 2009.



BOLETIM DE CONJUNTURA (BOCA)

Ano V | Volume 13 | Nº 39 | Boa Vista | 2023

<http://www.ioles.com.br/boca>

Editor chefe:

Elói Martins Senhoras

Conselho Editorial

Antonio Ozai da Silva, Universidade Estadual de Maringá

Vitor Stuart Gabriel de Pieri, Universidade do Estado do Rio de Janeiro

Charles Pennaforte, Universidade Federal de Pelotas

Elói Martins Senhoras, Universidade Federal de Roraima

Julio Burdman, Universidad de Buenos Aires, Argentina

Patrícia Nasser de Carvalho, Universidade Federal de Minas Gerais

Conselho Científico

Claudete de Castro Silva Vitte, Universidade Estadual de Campinas

Fabiano de Araújo Moreira, Universidade de São Paulo

Flávia Carolina de Resende Fagundes, Universidade Feevale

Hudson do Vale de Oliveira, Instituto Federal de Roraima

Laodicéia Amorim Weersma, Universidade de Fortaleza

Marcos Antônio Fávaro Martins, Universidade Paulista

Marcos Leandro Mondardo, Universidade Federal da Grande Dourados

Reinaldo Miranda de Sá Teles, Universidade de São Paulo

Rozane Pereira Ignácio, Universidade Estadual de Roraima